

Jornal O CORREIO

Local:

PSP assume maior freguesia da Europa

A partir de dia 1 de Junho, a GNR de Mem Martins delega as suas competências à PSP, no âmbito da reestruturação das forças de segurança. As diferenças entre a vila de Sintra e Mem Martins traduzem-se na criminalidade participada no ano passado. Mas a PSP diz-se preparada para assumir os comandos da maior freguesia da Europa.

Para assinalar a saída da PSP de Sintra, as três Juntas de Freguesia afectas a esta força de segurança, organizaram um jantar de agradecimento aos efectivos que compõem o comando. Na iniciativa estiveram presentes várias entidades. Para além do presidente da Câmara Municipal de Sintra, Fernando Seara; Adriano Filipe, presidente da Junta de Freguesia de São Martinho; Fernando Cunha, presidente da Junta de São Pedro de Penaferrim; o secretário do executivo da Junta Santa Maria e São Miguel, António Vicente quiseram homenagear esta força de segurança que desenvolveu um importante trabalho na zona histórica de Sintra.



Cerca de 50 agentes aceitaram o convite, bem como o sub-intendente Aires, da PSP de Cascais, e os sub-comissários Carrazeda e Figueiredo da PSP de Sintra. Para Adriano Filipe este foi "um jantar de agradecimento e demonstração de carinho a esta força de segurança. A minha freguesia já partilhava a segurança, com a saída da PSP vamos ficar apenas com a GNR, uma polícia com quem mantemos também uma boa relação".

Com as mudanças promovidas pelo Governo, as freguesias de Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim serão apenas patrulhadas pela GNR. A PSP terá a responsabilidade de segurança no Cacém, em Aqualva, em Algueirão-Mem Martins, Belas, Casal de Cambra, Rio de Mouro, Mira Sintra e São Marcos. Contas feitas, a maioria das freguesias da zona urbana, que era patrulhada pela GNR, passa para a alçada da PSP.

No dia 1 de Junho, esta força de segurança inicia funções na freguesia de Algueirão-Mem Martins.

De destacar que na esquadra da vila de Sintra, no último ano, foram comunicados cerca de mil crimes, a contrastar com Mem Martins onde foram denunciados mais do dobro, num total de 2636 crimes.

O comandante da PSP, chefe Carrazeda, contou ao *Jornal Digital O CORREIO* que tanto o comando, como os efectivos, 72 elementos, estão preparados para assumir novas funções, garantindo no entanto, que terá de haver um período de adaptação. Isto porque, "o nível de criminalidade não tem nada a ver com a de Sintra. Aqui temos a situação controlada. Agora teremos de ter em atenção a nova realidade, ou seja, os vários bairros sociais existentes, as rivalidades entre grupos e também controlar a situação". Expectativa é a palavra que melhor define o sentimento do comando que é com alguma tristeza que deixa a Vila de Sintra: "Estamos aqui instalados há cerca de 50 anos. Eu estou aqui há 24 anos. Claro, há alguma nostalgia, mas preciso encarar as novas funções com determinação e incentivo. A GNR tem sido um bom apoio".

Quanto à GNR, estas alterações vão permitir libertar 170 militares que irão reforçar outros postos, incluindo o de Sintra – que passará a subdestacamento, segundo a denominação da nova lei orgânica da GNR, com um efectivo de 90 homens. O actual Destacamento da GNR de Sintra já tinha perdido sete militares na sequência da transferência de Fátima, da PSP para a Guarda. Por todo o país, o Governo vai retirar responsabilidades operacionais à GNR em 90 freguesias e à PSP em 34. No entanto, 41 freguesias vão partilhar as duas forças de segurança. Os comandos-gerais da GNR e PSP já elaboraram um plano de transferência de competências entre as duas corporações. Segue-se a implementação no terreno da nova estratégia do Governo. Numa fase inicial, os processos-crime ou de contra-ordenação continuam a ser da responsabilidade das forças policiais que estiveram na sua origem, mesmo no prosseguimento de investigações ou outras diligências, até à sua conclusão.



Na área da fiscalização da caça, quando uma reserva abranger mais do que uma freguesia e o policiamento estiver partilhado, a GNR será sempre responsável pela fiscalização da actividade cinegética em toda a área da coutada. À GNR caberá também a exclusividade da fiscalização nas estradas da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, com excepção das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

O objectivo do Governo é "melhorar a qualidade do serviço prestado aos cidadãos e as condições de trabalho" dos polícias e militares. O Governo quer ainda investir na criação de novas instalações, melhoria de outras e em equipamentos para as forças de segurança. A verba será conseguida com a alienação de instalações e com a poupança resultante do congelamento dos concursos para PSP e GNR por dois anos.

25-Mai-2007